

QUESTÕES LÉXICO-CULTURAIS EM CARTA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

LEXICON-CULTURE ISSUES IN BRAZIL'S LETTER OF DISCOVERY

Lúcia Helena Ferreira Lopes¹
Simone Beatriz Neves Pacheco²

RESUMO:

A chegada das primeiras esquadras ibéricas às terras brasileiras e o encontro com os nativos datam de 22 de abril de 1500. Dados referentes a esse encontro entre homens diferentes, vivenciando distintos processos civilizatórios estão registrados na Carta do Descobrimento, escrita por Pero Vaz de Caminha e endereçada ao Rei lusitano D. Manuel, informando-o sobre essa terra, “achada” porque há muito imaginada e procurada, e os seus habitantes, situados na quarta parte do mundo (Cortesão, 1943). Diante desse contexto histórico, esta comunicação tratará do uso de certas formas vocabulares que possibilitaram a Caminha, por meio da estratégia de comparação, dizer a D. Manuel sobre o homem, objetos e plantas da Ilha de Vera Cruz. É por essa estratégia linguística que se constatou a ausência do vocábulo “índio” no referido texto, registrado em Bluteau (1728) como <<natural da Índia>> e, somente na segunda acepção faz referência ao nativo <<também chamamos índios aos povos da América>>. O vocábulo “cocar” foi nomeado como <<carapuça, cabeleira e/ou sombreiro de pena>>. Assim procedendo, Caminha projetou o desconhecido pelo conhecido e identificou, pelo processo comparativo, relações entre o cocar, a carapuça e o sombreiro. Embora tenham funções distintas, conforme o uso em cada sociedade – enfeitar, proteger do frio e proteger do sol, respectivamente – esses objetos se assemelham quanto ao lugar que ocupam no corpo. Os fundamentos teórico-metodológicos que propiciaram o desenvolvimento desta investigação foram aqueles da linguística textual-discursiva, numa interface com aqueles da lexicultura e da lexicologia (Turazza, 1996).

Palavras-chave: Língua; Léxico; Cultura; Processo de nominalização; Representação

ABSTRACT:

The arrival of the first Iberian fleets in Brazilian land and the encounter with the native's date from April 22, 1500. Data referring to this meeting between different men, experiencing different civilization processes are recorded in the Letter of Discovery,

¹ Doutorado (2016) e Mestrado (2004) em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialização em Literatura: Os Caminhos da Literatura Comparada (2002), pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialização em Língua Portuguesa (1994) e Graduação em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1991).

² Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2012), Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Marketing e Pessoas pela Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF (2010), Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Faculdade Triângulo Mineiro (2005), Graduação em Pedagogia pela Fundação Educacional de Ituiutaba (1990). Atualmente é Ouvidora e Coordenadora da CPA - Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Mais de Ituiutaba - FACMAIS.

written by Pero Vaz de Caminha and addressed to the Lusitanian King Dom Manuel, informing him about this land, found; because long imagined and sought after, and its inhabitants, located in the fourth part of the world (Cortesão, 1943). Given such historical context, this communication will deal with the use of certain vocabulary forms that made it possible for Caminha, through the strategy of comparison, to tell Dom Manuel about the man, objects, and plants of the Island of Vera Cruz. It is due to such linguistic strategy that the absence of the word “Indian” was noticed in the mentioned text, registered in Bluteau (1728) as natural of India and, only in the second meaning does it refer to the native we also call Indians the peoples of America. The word headdress has been named as feather hood. Doing so, Caminha projected the unknown by the known and identified, through the comparative process, relations between the headdress, the hood and the hat. Although they have distinct functions, according to their use in each society - decorating, protecting from the cold and protecting from the sun, respectively - these objects are similar in terms of their place in the body. The theoretical-methodological fundamentals that provided the development of this research were those of textual-discursive linguistics, in an interface with those of lexiculture and lexicology (TURAZZA, 1996).

Keywords: Language; Lexicon; Culture; Representation; Idiomatization.

INTRODUÇÃO

O fato de os homens se qualificarem como animais eminentemente relacionais, interagentes e, por essa razão, seres sócio-histórico-políticos possibilita compreender a linguagem como um processo complexo, articulado por um conjunto de ações que desencadeia a construção da representação por meio das quais os homens se expressam ao interagirem uns com os outros e consigo mesmos.

A complexidade desse processo heteróclito, no âmbito dos estudos linguísticos, impossibilita a seus estudiosos reduzi-lo à dimensão dos sons e/ou dos sinais gráficos, dos gestos, das palavras isoladas ou inseridas apenas na moldura das frases, visto que esses elementos de caráter linguístico funcionam apenas como meios pelos quais a linguagem se manifesta como expressão dos saberes produzidos pelos humanos. Compreendidos esses processos como inerentes à vida psicofísico-social – o que torna possível a aquisição e o uso efetivo de uma dada língua pelo exercício de atividades da fala – a língua se faz criação, fundamento e fundação da linguagem tanto quanto a linguagem se faz criação, fundamento e fundação da língua. Segundo Slama-Cazacu (1970), é por essa indissociabilidade, inscrita na reciprocidade da relação entre ambas, que a linguagem só pode existir, desenvolver-se e manifestar-se como expressão do pensamento humano pelo fato de o homem haver aprendido a usar uma dada língua e, pelo exercício das atividades da fala – seja na sua modalidade oral ou escrita –, dar tangibilidade ao que é produzido pelo pensamento.

Essa produção incessante e reiterativa permeia toda a existência humana e perpassa todos os processos interativos desencadeados pelo homem. Nesse sentido, as relações necessárias entre pensamento-linguagem-língua-fala são aspectos ou dimensões diferentes, mas jamais opostos, de um único e mesmo fenômeno dinâmico que se tipifica como sócio-interativo-cognitivo.

É nessa e por essa dinâmica que a língua está compreendida como recurso léxico-gramatical que – integrado às tipologias de gêneros ou de textos, a estilos, a modelos de atos de fala, a modelos de interação comunicativos etc. – funciona estrategicamente para expressar as variadas representações humanas. Nesse e por esse contexto de considerações, no que se refere à Língua Portuguesa, Turazza e Correia (2008) entendem-na, por um lado, como uma estrutura fonomorfológica e sintática ideal, posto que os elementos constitutivos e as regras combinatórias são comuns aos portugueses ibéricos, aos africanos, asiáticos e aos brasileiros. Por outro lado, entendem-na como uma arquitetura uma vez que o sistema linguístico do português – por meio de navegantes, aventureiros, degredados, governadores gerais, donatários de capitanias e colonos – migrou da Europa Ibérica para as terras do Novo Mundo e, nesse outro/novo espaço sociocultural-histórico, em contato com as diferentes e variadas línguas indígenas e africanas subsaarianas construiu uma história comum. Assim, a arquitetura idiomática do português brasileiro assenta-se nos matizes culturais inscritos nas raízes históricas desses povos que – com seus distintos e variados hábitos, costumes e tradições – construíram um outro/novo idioma: o português brasileiro.

Por esse ponto de vista, considera-se que a função da estrutura é possibilitar a construção de diferentes arquiteturas e, assim sendo, os idiomas configuram-se como arquiteturas da estrutura de uma língua sistema. Nesse e por esses sentidos, os idiomas tipificam-se por repertórios culturais historicamente construídos-reconstruídos por usuários de diferentes línguas; logo, uma construção que implica o bilinguismo e/ou plurilinguismo e, conseqüentemente, o inter- e o multiculturalismo. Entende-se, portanto, que nos idiomas se inscreve a complexidade da relação indissociável entre língua-história-cultura e, assim sendo, eles são novos desenhos arquitetônicos de um sistema linguístico e essa arquitetura se sustenta por processos de idiomatização das unidades lexicais que, arquivadas na memória semântica de longo prazo, organizam os conhecimentos de mundo por modelos socioculturais inscritos nos matizes dos significados da história vivida por comunidades que habitam um dado território.

Por conseguinte, o “nomear” para “dizer” ou o “dizer” para “nomear” o desconhecido pelo conhecido, quando compreendidos pela teoria da ação e pelo princípio da complementaridade, remetem, necessariamente, por um lado, o pesquisador às relações indissociáveis entre o léxico e a gramática: à palavra e sua sintaxe e à sintaxe dos enunciados frasais que têm por ancoragem as palavras. Por outro lado, o “dizer” – assegurado por esse processo de nominalização – remete o pesquisador às relações sociocognitivo-interativas, inerentes aos processos de interlocução, assegurados pelo exercício da fala. Nessa acepção, o “dizer” explicita-se por uma dupla dimensão: aquela inscrita no processo de nominalização e, ao mesmo tempo, nas atividades do falar. É por essa razão que os homens falam uns com os outros, quando estão ou buscam estar em companhia deles, para dizer a eles quem são, como são e como representam as coisas do/no mundo, por aquilo que dizem. Para tanto, o conteúdo desse dizer – o “objeto” nominalizado é expresso na/pela materialidade dos sinais sonoros ou gráficos, articulados em consonância com as normas de usos da língua adequados às mais diferentes situações de uso.

Desse contexto de considerações, emerge o objetivo deste artigo: analisar, pela relação indissociável entre léxico-cultura, os processos de nominalização e de designação, por meio dos quais Pero Vaz de Caminha, no papel de escritor-enunciador, representa para o seu leitor-enunciatário, o Rei D. Manuel, o novo, o desconhecido com que se deparou na Ilha de Vera Cruz: os modos de ser e de agir dos primeiros proprietários dessa ilha, achada/descoberta em 1500, neles inscritos os seus hábitos alimentares, os seus modos de enfeitar o corpo e de locomover-se pelas águas.

Os fundamentos teórico-metodológicos que propiciaram o desenvolvimento desta investigação foram aqueles da linguística textual-discursiva da vertente sociocognitivo-interacional, numa interface com aqueles da lexicologia (Turazza, 1996; Lopes, 2006; 2016) e da cultura, de modo a facultar os movimentos de leitura e releitura da Carta de Descobrimento do Brasil (Cortesão, 1943). Ressalta-se, todavia, que este trabalho se configura como o recorte de uma pesquisa maior sobre a construção da identidade brasileira a partir de primeiros registros que desvelam os processos de descoberta, ocupação, uso e posse pelos povos ibéricos do que se tornaria a quarta parte da terra: o mais prodigioso processo civilizatório de toda a história da humanidade.

A relação indissociável entre léxico-cultura-língua

Ao se considerar, portanto, a relação língua-história-cultura, pontua-se ser a cultura entendida como o conhecimento construído pelos membros de uma comunidade em função dos pactos que regem os seus modos de ser, de agir e de proceder ao exercerem os diferentes e variados papéis sociais (Bosi, 2009). Logo, a cultura tem por referência um conjunto de ideias, de concepções, de hábitos, de costumes, de crenças ou valores partilhados entre os membros de uma comunidade humana. Nesse sentido, o encontro entre os navegadores ibéricos e os povos descobertos, em 1500, assinala o contato entre povos que vivenciavam dois distintos modelos de formação sócio-cultural-históricos situados, segundo Ribeiro (1968), em diferentes períodos civilizatório: por um lado, um modelo inscrito na tardia civilização pré-agrícola americana – quando os nativos viviam e sobreviviam do resultado do trabalho voltado para aqueles de coletores de frutos, de caçadores e de pescadores: condição sócio-cultural-histórica dos nativos ameríndios.

Por outro lado, um modelo inscrito no Império Mercantil Salvacionista – voltado para o aperfeiçoamento de conhecimentos, de técnicas e de tecnologias em diferentes especialidades, com destaque para aqueles do campo do processo industrial de fundição de ferro até a invenção da bússola magnética, de aparelhos ópticos, de mapas, de cronômetros, de máquinas hidráulicas, de ligas metálicas, do quadrante, do astrolábio, das cartas celestes e outros inventos no campo das navegações que possibilitaram a travessia do Mar Tenebroso, a conquista e a dominação dos povos do quarto continente da Terra: condição sócio-cultural-histórica dos ibéricos europeus. São as impressões desse primeiro contato entre povos singulares, com culturas originais, nelas incluídas línguas próprias, que Pero Vaz de Caminha relata ao Rei português, D. Manuel, em 1500, e desvela – pela prática textual-discursiva, implicada no processo de composição da Carta de Descobrimento do Brasil – um marco do esforço para compreender e representar a terra e o novo-velho homem que nela habita, o estranho, o desconhecido o diferente, ou seja, o não familiar pelo familiar.

A cena enunciativa da Carta do Descobrimento do Brasil, tendo como fundamento e fundação os estudos de Benveniste (1995), revela que entre o Eu (produtor-autor-enunciador da carta: Caminha) e o Tu (produtor-leitor-enunciatário: Senhor e Vossa Alteza = Rei D. Manuel), ou seja, o Nós (homens europeus, neles incluídos o Rei e seus súditos, que chegaram pelo mar), há o Eles (os ocupantes da

outra-nova Terra; aquela gente que passa a ter a terra ocupada). Esse encontro desvela diferenças inscritas em semelhanças, visto que entre o Eles e o Nós há um alto grau de similaridade, mas há diferenças significativas, estranhamentos quanto às formas de cobrirem os corpos, aos modos de falarem, de agirem uns com os outros, de interagirem entre si e com a própria natureza. Diante desse novo cenário, torna-se necessário ao escrevente encontrar um meio, um ponto de ancoragem para dizer ao Rei o que é desconhecido de ambos. Para tanto, o recurso incidirá sobre modelos de designação que têm por ancoragem a expansão daquilo que ele conhece ou passou a 'saber o que é' por aquilo que ele desconhece e, portanto, não 'sabe o que é'.

Assim sendo, para dizer ao Rei, Caminha emprega as palavras inseridas na moldura do texto e, dessa maneira, elas se tornam uma forma de acesso à cultura, pois se convertem em portadoras de sentidos que variam em função do conceito sociocultural-geográfico dos indivíduos que a utilizam. E, assim considerando, as unidades lexicais jamais são empregadas isoladamente; elas estão sempre inseridas nos quadros dos processos de discursivização e, por isso, "orientam e garantem a produção de sentidos lexicais pelos quais os seus significados são continuamente ressemantizados e institucionalizados quando socialmente aceitos" (Turazza, 2002: 168).

As considerações acima pontuadas orientam estudos que consideram a interligação indissociável entre 'léxico' – compreendido como o conjunto das unidades lexicais (menor unidade lexical memorizada e disponível para uso) que encerram os conhecimentos gerais de uma comunidade, cujos membros são falantes de um idioma, à disposição de seus usuários para a interação pela fala – e 'cultura'. Logo, em concordância com Biderman (2001), para quem o sistema léxico, o 'tesouro dos signos linguísticos', funciona como um depósito cultural, – posto que comporta toda a experiência acumulada de um povo ao longo do tempo, o acervo de sua cultura, herdada e compartilhada socialmente por meios das interações humanas – postulam-se estudos voltados para a indissociável e interdependente correlação 'léxico-cultura'.

Léxico-cultura em Carta do Descobrimento do Brasil

Pero Vaz de Caminha, para representar o que lhe é desconhecido, estranho e exótico fará uso dos processos de designação e nominalização: processos produtivos que respondem em língua pela estruturação dos conhecimentos linguísticos pelos não linguísticos e pela organização do léxico. O esforço para denominar o conhecido pelo

desconhecido terá por ancoragem o uso de estratégias de comparação, nelas implicadas projeções cujo propósito, de acordo com trabalho de Butti (2007), é transferir esquemas de compreensão sobre aquilo que se sabe e, por meio delas, identificar algumas características comuns, compartilhadas entre o já conhecido e o desconhecido. Observa-se que tais estratégias qualificam os graus de complexidade inerentes aos processos cognitivos implicados nas ações de linguagem que, desencadeadas pela prática da composição textual-discursiva do escrevente, terá por ancoragem a comparação: fundamento e fundação do tipo de texto-descritivo por ele produzido (Lopes, 2016).

Assim, para se referir aos hábitos alimentares dos nativos, o enunciador destaca uma raiz muito consumida, todavia desconhecida do povo Ibérico, e a ela assim se refere: “E não comem senão deste *inhame*, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam” (Cortesão, 1943). Pelo processo de nominalização, a raiz nativa torna-se ‘inhame’, uma vez que se projetam esquemas de compreensão sobre o que se conhece da planta nativa da Ásia, o inhame, já incorporada aos hábitos alimentares dos navegadores, e identificam-se características comuns entre o conhecido (inhame) e o desconhecido (a raiz nativa): raiz tuberosa comestível. Por essa transferência de conhecimentos entre uma informação já arquivada na memória semântica e a novidade, entre o velho e o novo, D. Manuel representará a raiz nativa como similar ao inhame. A mandioca, datada de 1549, foi definida por Bluteau (1728), como <<raiz como cenoura, ou nabo, que he toda a fartura do Brasil. Produz um talo direto da altura de hum homem, ornado de folhas repartidas a modo de estrelas. A flor e a semente são pequenas>>.

Em terras brasileiras, segundo Caldeira et al (1997), essa raiz recebeu o nome de ‘mandioca’ – termo originário da língua tupi ‘manih-oca’, cujo significado remete à casa de ‘Mani’. Conforme assinala uma lenda ameríndia, a filha de um chefe Tupi engravidou ainda virgem e tivera uma filha de pele muito branca e encantadora que morreu antes de completar um ano. Como costume desses povos, enterraram-na na própria oca e regaram o local com muitas lágrimas. Depois de alguns dias, nasceu uma planta cuja raiz marrom e polpa branca, como a pele de Mani, incorporou-se à alimentação dos tupis e expandiu-se para outras tribos.

Houaiss (2023) registra no léxico do idioma português brasileiro os seguintes termos para designar a espécie ‘*Manihot esculenta*’: *aipi*, *aipim*, *castelinha*, *ipim*, *macamba*, *macaxeira*, *macaxera*, *mandioca-brava*, *mandioca-doce*, *mandioca-mansa*,

maniva, maniveira, mandiga, mucamba, pão-de-pobre, tapioca, uaipi. Ressalta-se que a raiz desse arbusto constitui um elemento da culinária brasileira, amplamente consumida de Norte a Sul, não somente como acompanhamento do tradicional arroz com feijão, mas também como matéria-prima no preparo de pratos típicos como a tapioca, o pão-de-queijo e diversas receitas de doces e pães.

Incorporada à literatura Pré-Modernista, a mandioca é redefinida por Jeca Tatu, um controverso personagem do Pré-Modernista Monteiro Lobato, cujo apático modo de vida relacionaria-se às facilidades proporcionadas ao cultivo da mandioca e ao seu preparo:

(...) um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem vergonha. (...) um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas (...). (Lobato, 1972: 172).

Processo semelhante ao ocorrido com a definição do vocábulo ‘mandioca’, repete na representação dos costumes nativos para enfeitar, ornamentar o corpo. Nesse sentido, destacam-se os vocábulos: ‘cocar’, ‘botoque’ e ‘urucu’ ou ‘urucum’. No primeiro caso, o desconhecimento do vocábulo ‘cocar’ – datado em 1727, definido como <<adorno de cabeça feito de penas com suporte trançado ou tecido para a cabeça, usado principalmente pelos indígenas>> Houaiss (2023) – facultou a Caminha, nomeá-lo por ‘carapuça’ << espécie de capacete de pano, com aba muito estreita por diante>> e ‘sombreiro’ <<chapéu, qualquer coisa que faz sombra ou que está dela. >> (Bluteau, 1728), distinguindo, porém, aquela de linho – conhecida dos descobridores – e aquela de pena – desconhecida desses homens, conforme se verifica em “Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio.”; “Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes” (Cortesão, 1943). Nesse caso, embora ‘carapuça’, ‘sombreiro’ e ‘cocar’ tenham funções distintas – respectivamente, para proteger do frio, proteger do sol, enfeitar – assemelham-se quanto ao fato de serem usadas na cabeça para revestir ou enfeitá-la, considerados os matizes culturais que diferenciam e distanciam esses homens entre si.

Esse mesmo distanciamento sociocultural responde pelo misto de curiosidade e espanto dos europeus diante dos ornatos de madeira e ossos que os gentios usavam presos ao lábio inferior:

(...) traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; 2) beiços furados, muitos com ossos neles; 3) “beiços de baixo furados e metidos neles um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador (...); 4) (...)metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita a modo de roque de xadrez (Cortesão, 1943).

Esse adereço, datado de 1584, foi nomeado por ‘botoque’ e definido como <peça arredondada de madeira, pedra ou concha, usada como enfeite pelos indígenas sul-americanos, que a introduzem em furos no lábio inferior ou nos lóbulos das orelhas>> (Houaiss, 2023). Observa-se, nesse processo de representação, a descrição por analogia expressa pelo uso de expressões comparativas como: ‘que pareciam’, ‘como’, ‘feita a modo de’.

Quanto ao vocábulo ‘urucu’ ou ‘urucum’ <<substância de que se fazem corantes, extraída de uma árvore pequena, nativa das Américas>> (Houaiss, 2023), refere-se a uma semente largamente utilizada pelos nativos para rituais de pintura corporal. Essas pinturas, de acordo com Caldeira *et al* (1997) funcionavam como um código social, usadas em situações específicas, tais como celebração do nascimento de filhos, realização de rituais sagrados, comemoração de vitória nas guerras, homenagem aos mortos e inclusive comunicação entre tribos que falavam línguas diferentes.

Pero Vaz de Caminha refere-se à substância como ‘grão’, conforme exemplifica o fragmento a seguir: “*E estavam cheios de uns grãos vermelhos, pequeninos que, esmagando-se entre os dedos se desfaziam na tinta muito vermelha de que andavam tingidos*” (Cortesão, 1943). Esse procedimento de representação resguarda analogia a ‘graam’ ou ‘graã’, definida por Bluteau (1728), como <<bagas vermelhas que se dão nos montes de Algabe>> e usada para colorir seda.

Assim, a construção das representações de ‘cocar’, ‘botoque’ e ‘urucu’ ou ‘urucum’ desvelam, em língua, o distanciamento entre os modos de proceder quanto à forma de tratar o corpo: proteger a cabeça do frio e do sol e enfeitá-la; deixar os lábios livres e usar adereços neles; usar roupas e deixar o corpo nu.

No tocante aos meios de transporte aquáticos, Caminha faz referência, por um lado, às formas de locomoção utilizadas pelos ibéricos para se deslocarem desde a Praia de Belém, na desembocadura do rio Tejo em terras lusitanas, passando pelas Canárias, Cabo Verde, São Nicolau, até avistarem o Monte Pascoal e aportarem na Terra de Vera Cruz e, por outro, o meio primitivo de locomoção fluvial, utilizado pelos nativos para se deslocarem pela costa da grande ilha, que se tronaria o Brasil, e por seus rios.

É nesse sentido que ‘batel’, ‘esquife’, ‘nau’, ‘frota’ e ‘navio’ resultam do grande desenvolvimento tecnológico marítimo e opõe-se à forma primitiva ‘almadia’, conforme se verifica em: *“Então lançamos fora os batéis e esquifes” (...)* *“E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor” (...)* *Capitão-mor desta Vossa frota (...)* *“indo os navios pequenos diante” (...)* *“E tomou dois daqueles da terra que estavam numa almadia (...)*” (Cortesão, 1943). Logo, ‘batel’ designa <<a maior das embarcações miúdas que serviam aos antigos, geralmente naus e galeões>>; ‘esquife’ é o nome dado à <<pequena embarcação usada para o serviço a embarcações maiores>>; ‘nau’ refere-se ao <<navio de grande porte, acastelado à proa e à popa, e geralmente com um único mastro envergando velas redondas; designação genérica de diversas outras embarcações>>; ‘frota’ denomina o <<conjunto de navios de guerra ou de navios cujo fim específico se designa (frota mercante, frota pesqueira etc.)>>; “navio” está associado à <<embarcação de grande porte (pode ser mercante ou de guerra, quanto ao fim a que se destina)>>; ‘almadia’ restringe-se à <<1. embarcação africana e asiática, comprida e estreita, fabricada a partir de um só tronco de árvore; 2. embarcação feita de três troncos presos entre si, usada pelos indígenas brasileiros>>. Ressalta-se que, para designar esse meio de locomoção, Houaiss (2023) registra o vocábulo ‘piroga’, datado de 1844 e definido como <<Embarcação indígena a remo, cavada a fogo em tronco de árvore; canoa>>.

No que diz respeito ao legítimo dono da hospedaria, o novo/velho habitante da nova/velha terra, Caminha a ele se refere pela forma genérica ‘homem’, embora coloque em relevo as diferenças entre a ‘gente nossa’ – homens barbudos, hirsutos, chagados de escorbuto, enrolados em panos molambentos, sujos e fétidos da catinga natural dos brancos, agravada pela longa travessia do Oceano Atlântico – e a ‘gente bestial e de pouco saber’ e ‘aves, ou alimárias montezinhas’ – gentios inocentes e de vergonhas à mostra – por meio de segmentos ou de sequências descritivas, conforme atestam os fragmentos a seguir:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma (...) Os cabelos deles são corredios (...) uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons (Cortesão, 1943).

O emprego do vocábulo 'índio', para designar o nativo americano, relaciona-se, segundo O'Gorman (2003) ao engano cometido por Colombo: ter-se convencido de que havia chegado tão somente às ilhas descobertas nas Índias, ou seja, na Ásia, quando, em verdade, havia chegado ao novo continente, à Quarta Parte da Terra. Assim, o vocábulo 'índio', com datação do Século XIV, foi definido por Bluteau (1728), como primeira predicação <<natural da Índia>> e, a seguir <<povos da América>>.

Quadro 1 – Síntese das análises das unidades lexicais utilizadas por Pero Vaz de Caminha para representar o novo/o desconhecido encontrado na Terra do Brasil.

Vocábulo doado da Língua Portuguesa Ibérica	Vocábulo incorporado ao Idioma Português Brasileiro	Sentidos compartilhados
Inhame	mandioca	Raiz comestível, nativa da ilha descoberta, que mantém certo grau de semelhança ao inhame.
Carapuça, sombrero	cocar	Adereço, fabricado com penas coloridas, utilizado na cabeça.
∅	botoque	Adereço, de osso ou madeira, utilizado na boca,
Grão	urucu, urucum	Tinta avermelhada, usada para pintar o corpo.
Almadia	piroga, canoa	Pequena embarcação de madeira para navegar na costa ou rio.
∅	índio/Ameríndio	Homens que, embora sejam iguais aos portugueses, se diferem quanto aos modos de ser e agir.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Caldeira *et al* (1997) assevera que essa designação 'índio' não abarcava o enorme conjunto de habitantes do atual território americano que, embora separados, linguisticamente, estavam unidos pelo fato de habitarem um novo continente e pelas muitas relações culturais. Por isso, os indígenas, membros dos diferentes e dos variados grupos passaram a ser denominados 'ameríndios'.

Conforme pontuado acima, verifica-se que Caminha enunciou o que percebeu, viu, sentiu – quando estava entre homens indígenas que falavam uma língua para ele incompreensível: habitantes de um território distante, estranho a ele, o que dificultou a comunicação entre as partes – e registrou nos seus enunciados, sob a própria

perspectiva, sentido que aprendeu a produzir no espaço ocupado pelo modelo e formação sociocultural-histórico do seu lugar de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este artigo, retoma-se a questão que orientou o seu desenvolvimento: apenas os humanos são capazes de expressar, pela relação indissociável entre pensamento-linguagem-língua-fala, suas diferenças pelo exercício de suas próprias práticas sociais discursivas: lugar onde registram, no fluxo do tempo, suas semelhanças pelas suas diferenças.

Assim sendo, situam os discursos como produtos dos modos de agir ou de proceder para 'dizer' e 'expressar' as representações humanas, os conhecimentos de mundo. Esses conhecimentos, em não sendo linguísticos, são materializados por formas léxico-gramaticais das línguas por eles usadas – aquela(s) falada(s) pelos membros de uma dada comunidade de usuários.

É nesse e por esse contexto de considerações que a leitura significativa da Carta do Descobrimento do Brasil – assinada pelo súdito de D. Manuel, Pero Vaz de Caminha – desvela pelos processos de nominalização e de designação, por meio dos quais o escrivão diz para representar a seu Rei o desconhecido pelo conhecido, a gênese do processo de idiomatização do léxico do português brasileiro.

Esse processo de designação pelo qual Pero Vaz de Caminha descreveu o não familiar pelo familiar implicou reinterpretações e teve como referência conceitos ou ideias, práticas e valores, crenças, hábitos e costumes e incidem sobre as tradições recebidas como legado dos antepassados. Tal legado, em se tratando de língua falada ou escrita por um povo de uma nação, qualifica-se como um bem inalienável e, transmitido pelo exercício das práticas sociais de linguagem, impossibilita aos herdeiros compreender o que foi recebido como totalmente idêntico àquilo que foi doado – bens culturais formalizados por uma língua comum – como se fossem iguais aos dos seus antepassados.

Portanto, a identidade do que foi recebido, quando comparada àquela do que foi produto do legado, sempre implica mudanças, visto que as tradições não são estáticas, mas continuamente reinterpretadas, reconstruídas, recontextualizadas para se adaptarem a outras-novas situações, outros novos tempos e lugares ocupados pelo espaço sociocultural-histórico.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino**, Coimbra, 1728. Disponível em < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/b>>. Acesso em 25 jul. 2023.

BUTTI, Cassiano. **Léxico e cognição**: as representações de mundo por meio de designações infantis. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALDEIRA, Jorge et al. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Cortesão, J. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal LTDA, 1943.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauri de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

HOUAISS UOL. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#0. Acesso em: 11 out. 2023.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

LOPES, L. H. F. **A função do léxico no espaço da leitura significativa**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

_____. (2016). **Lexicultura**: construção ó desconstrução ó reconstrução da identidade do brasil(eiro) - entre projeções e planificações de projetos coloniais.

Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. 3. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. **Lenguaje y contexto**. México: Grijabo, 1970.

TURAZZA, J. S. **Léxico e criatividade**. São Paulo: Plêiade, 1996.

_____. O dicionário e suas funções. In: BARBOSA (Org.) **Língua portuguesa: uma visão em mosaico**. p. 153-171. São Paulo: EDUC, 2002.

TURAZZA, Jeni; CORRÊA, Lêda. A problemática dos grupos fraseológicos na construção de dicionários de equivalência. In: BASTOS, Neuza Barbosa. **Língua Portuguesa: lusofonia-memória e diversidade cultural**. p. 275-285. São Paulo: EDUC, 2008.